

PREFÁCIO

Marise Ramos

Como citar: RAMOS, Marise. Prefácio. *In:* FILHO, Domingos Leite Lima; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos; NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Educação profissional no Brasil do Século XXI: políticas, críticas e perspectivas - vol. 4.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2026. p. 7-14. DOI: <https://doi.org/10.36311/2026.978-65-5954-680-0.p7-14>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Prefácio

Marise Ramos

Analisar políticas públicas, como se propõe este livro, o quarto volume da coleção Educação Profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas, exige partir de uma concepção de Estado e sua relação histórica com o capital. Antonio Gramsci (2002) define o Estado como “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados”. A unidade coerção/consenso e domínio/direção que caracteriza o Estado Integral ou Ampliado de Gramsci, está no fato de ao aparelho governamental, como organização político-jurídica, caber o caráter de tutor da ordem pública e do respeito às leis, enquanto no plano da sociedade civil se processa a direção do desenvolvimento histórico pela mediação dos aparelhos privados de hegemonia.

A primeira esfera – a sociedade política – é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, identificado com os aparelhos de coerção sobre controle das burocracias executiva e policial-militar. A segunda, esfera da sociedade civil, comporta o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, e a organização material da cultura, dentre os quais a imprensa. O poder se exerce via hegemonia revestida de coerção, numa configuração histórica das sociedades que contam com a sociedade civil relativamente

organizada, as “de tipo ocidental”, que italiano contrapõe às “de tipo oriental”, em que predomina a coerção, a dominação e não a direção, sendo a sociedade civil “gelatinosa”, ou seja, pouco organizada, estando o poder concentrado no aparelho de Estado.

A ampliação do conceito de Estado procedida por Gramsci implica não somente incorporar a sociedade civil, mas articular, nas duas esferas, funções antes conferidas a cada uma delas. De *superestrutura* política e jurídica, o Estado estrito senso também incorpora a economia, como nos demonstra Nicos Poulantzas (1985) enquanto a sociedade civil passa a compor a superestrutura, já que é nela que se organizam os aparelhos privados de hegemonia, por meio dos quais a direção política e cultural ao povo se realiza.

Segundo Atílio Borón (1994), adentrar à estrutura e ao funcionamento interno do aparato estatal pode evidenciar a seletividade classista de suas políticas públicas, “tanto por meio daquelas afirmadas propositivamente, como das ‘não-políticas’ ou da política que se depreende da inação estatal”. Trata-se de diferenciações do acesso aos recursos de poder que ocorre no Estado estrito senso, por meio das instituições estatais.

Ocorre que, em sociedades democráticas, como assinalamos antes, a esfera da sociedade civil é o caldeirão das disputas ideológicas e é nela que demandas, reivindicações, formulações e proposições políticas de diferentes interesses dentro das classes e entre as classes são confrontadas e, como síntese, ascendem à esfera da sociedade política para se efetivarem ou não como políticas públicas, essas, por sua vez, uma nova síntese dadas as disputas por hegemonia no interior da sociedade política. As proposições que chegam a essa esfera, em tese obtiveram o consenso internamente às respectivas classes organizadas nos seus aparelhos de hegemonia. O grau de consentimento a elas conferido em grande medida pode não ser ativo, mas sim passivo, com importante parcela de desconhecimento de seu conteúdo e motivações.

Demonstra-se, assim, a sociedade civil como âmbito de disputa por hegemonia. Nem por isto, ela dispõe de autonomia em relação à sociedade política. Ao contrário, esta condensa *material e especificamente* uma

“relação de forças entre classes e frações de classe” (grifado no original) que caracteriza o Estado, entre frações do bloco no poder e entre estas e as classes dominadas, de tal modo que as lutas políticas que ocorrem no Estado atravessam suas instituições e fazem o próprio Estado ficar imerso nelas (Poulantzas, 1985, p. 148). O Estado assume, assim, uma “função educadora” de toda a sociedade e esta, por sua vez, produz tensões que mantém dinâmicas essas lutas. A seletividade classista das políticas públicas afirmada ou negadas a que se refere Atilio Borón são sínteses das condições que elas expressam. Entendo ser nesses termos que as políticas de Educação Profissional no Brasil devam ser analisadas, o que é feito no livro, sendo o eixo característico do texto de Lucas Pelissari.

A hegemonia do neoliberalismo no Brasil a partir dos anos de 1990 constitui-se como o discurso mais congruente com a etapa capitalista que se iniciou mundialmente a partir dos anos de 1970, de financeirização do capital (Paulani, 2006). As funções econômicas do Estado se exacerbaram em relação aos interesses do mercado e à sua plena liberdade. A Educação Profissional é objeto dessa inflexão, entrando na pauta contrarreformista permanentemente desde a redemocratização do país, com períodos históricos em que a correlação de forças entre classes e frações de classe se modificam relativamente, mas sem ameaçar os interesses do capital. Arrisco dizer que quando alguma ameaça parecia afetar a burguesia, vivenciamos o recuo mais substantivo na política de educação das classe trabalhadora. Reflexões nesse sentido são encontradas nos capítulos escritos por Hemerson Moura e Domingos Filho; e George Amaral e José Deribaldo dos Santos.

Essa ameaça esteve no crescente debate sobre a formação integrada na perspectiva da politecnia, como nos traz Maria Ciavatta, ao ponto de se conseguir, na correlação de forças na sociedade civil e na sociedade política, entre as classes e suas frações organizadas e representadas no aparelho de Estado, legislações e ações materiais que potencializam disputas virtuosas. Assinala-se, por exemplo, a revogação do Decreto n. 2.208/1997 pelo 5.154/2004, seguido, somente oito anos depois desse, por diretrizes curriculares nacionais progressistas, inclusive visando a superar a pedagogia das competências, apesar de hibridismos que contemplavam interesses conservadores; a expansão e a interiorização da Rede

Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, discutida por Xênia Barbosa e William Souza, na particularidade do Acre; a “criação” dos Institutos Federais como uma nova institucionalidade potente e desafiadora para a democratização da educação tecnológica, mesmo com projetos que não se completam, a exemplo da “verticalização” estudada por Domingos Filho; o incentivo às redes estaduais para a oferta da educação profissional com muitas contradições, realidade para a qual lançam o olhar os autores Henrique Novaes; e Erica Couto, Débora Brito e Jessé Souza, esses enfocando também a Educação de Jovens e Adultos.

A propósito, uma experiência muito importante foi a educação profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos na forma do Proeja, com aspectos de regressão na agora designada EJA-EPT. Daniela da Rosa Curcio aborda o tema como acertos, erros e esperar. Uma sinalização para o reconhecimento de que os avanços foram e são insuficientes e eivados de contradições, mas a serem considerados na disputa por hegemonia numa sociedade de capitalismo dependente e cultura escravocrata que nega permanentemente o direito à educação à classe trabalhadora.

A resposta da burguesia organizada e cimentada pela ideologia ultraliberal e protofascista, cujas frações mais conservadoras assumiram o aparelho de Estado na exceção aberta pelo golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016, esteve na contrarreforma do ensino médio, sem que se esqueça do “Movimento Escola Sem Partido”, co-irmão, no plano institucional, na política de militarização das escolas públicas. Michelangelo Torres enfatiza nesse contexto a ofensiva sobre os Institutos Federais.

Luiz Antonio Cunha (2017) definiu essa contrarreforma como “atalho para o passado” ao analisar sua função frente à particular crise das instituições privadas de Ensino Superior, associada à centralização empresarial e concentração do capital. Nós mesmos, em alguns textos (Ramos, 2017; Ramos; Frigotto, 2023), demonstramos o caráter profundamente retrógrado dessa contrarreforma, ao recuperar os aspectos mais deletérios de políticas anteriores, desde a Reforma Capanema, passando pela política educacional dual da ditadura empresarial-militar com as leis 5.692/1997 e 7.044/1974, até a hegemonia do pragmatismo com a pedagogia das competências reificadas no governo de Fernando Henrique Cardoso com a

aprovação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional 9.394/1996, o decreto 2.208/1997 e as diretrizes curriculares nacionais que vieram regulamentá-las.

A política de formação da classe trabalhadora baseada nessa contrarreforma é a síntese das disputas por hegemonia na sociedade civil e na sociedade política e da unidade dialética dessas esferas, como nos demonstrou Antonio Gramsci. Os aparelhos privados de hegemonia da burguesia, como o Todos pela Educação, as Fundações ligadas a empresas, como Leman, Itaú, Bradesco, dentre outras, são bem estruturados, ágeis, contam com a presteza de seus intelectuais orgânicos e com recursos financeiros, além da aliança com o capital internacional por meio de organizações como a OCDE (Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômico), o Banco Mundial, o BID (Bando Interamericano de Desenvolvimento), a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), incluindo ainda organismos de outros países como a Austrália.

Todos esses aparelhos de hegemonia, nacionais e internacionais, atuaram na elaboração de legislações, como a própria Medida Provisória 746/2016 e a Lei 13.415/2017, além de documentos da política educacional, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Base Nacional de Formação de Professores (BNC-Formação), numa relação íntima com a sociedade política tanto nacionalmente quanto nos Estados e Municípios. Seus intelectuais ocupam cadeiras no próprio executivo e em Conselhos, além de seus representantes engrossarem bancadas conservadoras nas instâncias legislativas. A obtenção do consenso implica organização em “Movimentos”, como o “Movimento pela Base”, cessão de entrevistas, depoimentos e escrita de artigos para a imprensa, publicação de livros, elaboração de material didático e de várias estratégias de propaganda como cartilhas e folhetos impressos, muitos desses materiais disponíveis nos seus sítios na internet, e, em grande medida, destinados diretamente a sistemas de ensino e a escolas.

Prova dessa hegemonia foi a impossibilidade da revogação da Lei 13.415/2017 no governo de Luís Inácio Lula da Silva que derrotou o candidato da direita ultraconservadora. As movimentações nos poderes executivo e legislativo foram eficazes no sentido de incorporar algumas reivindi-

cações dos movimentos progressistas, porém mantendo-se os aspectos que mais interessam ao capital.

A relação íntima desses aparelhos com a sociedade política expressa que as forças conservadoras têm sido hegemônicas nas duas esferas. Mas hegemonia pressupõe, necessariamente, contrahegemonia. Por isto, trata-se de disputas históricas, vivas e dinâmicas entre classes e frações de classe. A política pública – pela ação e não-ação, lembrando mais uma vez, Atílio Borón – é a comprovação de que o Estado está imerso nas lutas que o submergem e, ainda,

que até as lutas (e não apenas as de classe) que extrapolam o Estado não estão, no entanto, ‘fora do poder’, mas sempre inscritas nos aparelhos de poder que as materializam e que, também eles, condensam uma relação de forças (as fábricas-empresas, a família numa certa medida, etc.) (Poulantzas, 1985, p. 162).

Muitas mediações dessa luta se reconfiguram com a lógica neoliberal, como diz Severino (2006, p. 303), a forma de expressão histórica do capitalismo, sob predomínio do capital financeiro. Produzem-se importantes mudanças no papel do Estado, no modelo de acumulação do capital, nas relações políticas, mas também mudanças no cenário existencial. Referências ético-políticas perdem sua força na orientação do comportamento das pessoas, trazendo descrédito e desqualificação para a educação. A eficiência e a produtividade são os únicos critérios válidos.

Para além da educação se tornar uma mercadoria, torna-se mercado de investimento, levando ao impressionante fenômeno do empresariamento – mais uma vez lembrados pelo texto de Hemerson Moura e Domingos Filho, neste livro – com o qual a atual contrarreforma do ensino médio converge. Do ponto de vista político-pedagógico, esses valores são difundidos com base na pedagogia das competências, cujo princípio é a adaptabilidade individual do sujeito às mudanças sócio-econômicas do capitalismo, antes deslocando a promessa do emprego para a empregabilidade, e agora, dessa para o empreendedorismo.

Neste livro temos estudos de Idelson Maciel Ferreira e Norma Iracema de Barros Ferreira, que evidenciam mediações históricas da Educação Profissional e Tecnológica que articulam campos de direitos da população na Amazônia Amapaense e os de Maria Regina Martins Cabral, enfocando o desenvolvimento territorial na baixada maranhense. Eles descortinam realidades que precisam ser apreendidas. No mesmo sentido, quando Webster Belmino e Henrique Novaes enfocam o complexo da arte na educação profissional pode-se vislumbrar, no horizonte do trabalho não alienado, a ontocriatividade no fenômeno humano do ser histórico-social de fazer e sentir.

Longe de se esgotar nessas experiências, elas são dimensões da contrahegemonia que partem da escola como campo das disputas no qual o Estado está imerso. Esta obra, assim como toda a coletânea, tem a teoria e a prática com armas e o horizonte é a emancipação humana para a qual a educação, ainda que não determinante, é mediação essencial.

Marise Nogueira Ramos

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2025

REFERÊNCIAS

BORÓN, Atilio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino médio: atalho para o passado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 373-384, abr./jun. 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3. Maquiavel: notas sobre o Estado e a política.

PAULANI, Leda. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 67-107.

POULANTZAS, Nicos. As lutas políticas: o Estado, condensação de uma relação de forças. *In*: POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 30-46.

RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. *In*: ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da (org.). **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília, DF: Editora Instituto Federal de Brasília, 2017. v. 1. p. 20-43.

RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio. A contrarreforma do ensino médio: dupla traição aos jovens da escola pública. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **O ensino médio no Brasil e sua (im)possibilidade histórica**. Rio de Janeiro: LPP; São Paulo: Expressão Popular, 2023. v. 1. p. 209-251.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de Hoje. *In*: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 303.